

**ATA DA ÚNICA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM DO DIA DEZOITO DE SETEMBRO DE DOIS MIL E QUINZE -----**

Aos dezoito dias do mês de setembro de dois mil e quinze, reuniu pelas vinte e uma horas, na Sala de Sessões da Sede do Município de Santiago do Cacém, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, com a seguinte: -----

**-----ORDEM DO DIA: -----**

**1. Expediente.-----**

**2. Ata.-----**

**3.PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL -----**

**--- a) Relatório Semestral do Auditor Externo sobre a situação económica e financeira do Município – Para conhecimento; -----**

**--- b) Derrama para o ano de 2016; -----**

**--- c) Fixação da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (I.M.I); -----**

**--- d) Participação Variável no IRS – Fixação de percentagem;-----**

**--- e) Empréstimo de Longo Prazo até ao montante de 1.200.000,00€;-----**

**---f)Alteração ao Regulamento para Atribuição de Apoios Financeiros ao Movimento Associativo Desportivo do Município de Santiago do Cacém;-----**

**---g)Autorização para utilização da reserva de recrutamento interno dos procedimentos concursais comuns, para recrutamento de assistentes operacionais, em regime de contrato de trabalho em funções públicas. -----**

**4. ATIVIDADE AUTÁRQUICA -----**

**Efetuada a chamada verificou-se estarem presentes os membros: -----**

Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, José Élio Sucena, Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Ricardo Campos da Silva Rico, Maria da Conceição Pinela Pereira, Jorge Manuel Mata Magrinho, Marina Patrícia Basílio Pedro, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, Francisco Miguel Castelo Branco Lobo de Vasconcelos, João Filipe Rodrigues da Silva Pereira, Nelson José Bento Raposo, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente, Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes, Vera Lúcia da Costa Violante, Joana Margarida Ganço Filipe, João Saraiva de Carvalho, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel Madeira dos Santos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, Jaime António Pires de Cáceres, Pedro Miguel C. Pereira Gamito, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata e Virgílio Gonçalves. -----

**Não compareceram os membros: José Manuel Guerreiro das Neves, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Joaquim António Gamito e Joaquim António Gonçalves.-----**

**Verificou-se ainda a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha e dos Senhores Vereadores Maria Margarida Santos, Norberto Barradas, Albano Pereira, Daniela Martins e Francisco de Sousa.-----**

Foi dado início aos trabalhos da seguinte forma:-----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

**NOMEAÇÃO “AD HOC” DA SEGUNDA SECRETÁRIA**-----

Verificada a ausência do Senhor 1º Secretário, Joaquim Gamito, assumiu as funções a Senhora 2ª Secretária, Teresa Alves, tendo a Senhora Presidente nomeado “ad hoc”, para assumir as funções desta, a Senhora Maria da Conceição Pinela Pereira, em conformidade com o previsto na lei. -----

-----**OUTRAS SUBSTITUIÇÕES** -----

A Senhora Presidente deu conhecimento de que o Senhor Joaquim Gonçalves, eleito da CDU e Presidente da União de Freguesias de S. Domingos e Vale de Água, se fazia substituir na presente reunião pelo seu representante legal, Senhor Vergílio Gonçalves. -----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Município, Senhor João Oliveira, inscrito para o efeito, o qual começou por expor uma **situação relativa à desbaratização na Cidade de Vila Nova de Santo André**, referindo que aquela ação era apenas desenvolvida nos bairros onde havia queixas e só quando o problema já está avançado, quando devia ser feita de forma preventiva, acrescentando que se tratava de um problema que se tem vindo a repetir nos últimos anos naquela Cidade. -----

Referiu a necessidade de **construção de acessos** às passadeiras, para facilitar a mobilidade de pessoas com deficiência e com carrinhos de bebé. -----

Questionou também, se não podia ser feita uma intervenção junto à Rotunda na A26-1, para melhorar o **acesso à Cidade e à Praia da Vacaria**. -----

Informou ainda que são muitas as queixas de pessoas que vivem na Cidade de Vila Nova de Santo André sobre a  **sinalização nas entradas dos parques de estacionamento**, em vários bairros, porque os lugares são muitas vezes ocupados indevidamente, sendo que na abordagem deste assunto com a Câmara Municipal lhe foi dito que aquele problema não era prioritário, acrescentando que se tratava de uma situação que se vem arrastando no tempo.-----

Questionou também sobre a posição da Câmara Municipal relativamente à possibilidade de **redução** de uma percentagem **do IMI**, de acordo com o número de filhos dependentes. -----

Colocou ainda a questão da falta de **passeios na Zona de Indústria Ligeira** de Santo André, o que leva as pessoas a circularem na via, pondo em causa a segurança na mesma.-----

A Senhora Presidente concedeu, em seguida, a palavra ao Senhor Nuno Ferreira, do Movimento de Utentes de Santo André, o qual começou por colocar uma questão que se prendia com o facto de a **autoestrada** atravessar a **Cidade de Vila Nova de Santo André**, questionando se a Cidade ia ficar dividida ao meio, com redes colocadas nos dois lados daquela via, acrescentando que as pessoas cortavam as rede para poderem atravessar, com todo o perigo que esta ação revestia, tendo em conta a elevada velocidade das viaturas que ali circulam. -----

Questionou também sobre a previsão da **conclusão das obras e de abertura** daquela **autoestrada**. -----

Referiu que seria importante colocar **sinalizadores luminosos nas passadeiras desniveladas**, na Cidade de Vila Nova de Santo André, para facilitar a sua identificação, sobretudo às pessoas que vêm de fora.-----

A Senhora Presidente concedeu a palavra a outro Munícipe presente, Senhor Paulo Silva, o qual referiu que tinha escolhido a **Cidade de Vila Nova de Santo André** para viver, havia cerca de dez anos, pela dinâmica jovem que ali existia, dando conta do seu descontentamento pela degradação daquela Cidade, à qual tem vindo a assistir, sobretudo nos últimos anos e nomeadamente no Bairro dos Serrotes, considerando que a situação não resultava somente da crise, a qual afetava todos, mas do desinteresse pela Cidade. Acrescentou que tinha visitado outros municípios onde pôde observar a evolução que se registava nas cidades ao contrário do que acontecia na Cidade de Vila Nova de Santo André. -----

Mais referiu que tinha tirado fotografias de algumas situações, as quais colocava ao dispor da Câmara Municipal.-----

Referiu também uma **situação** que detetou numa **palmeiras** junto a um restaurante, na Cidade de Vila Nova de Santo André, as quais foram atacadas por insetos que as destruíram, informando que tinha colocado esta situação ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santo André, no local, o qual lhe dissera que seriam tomadas medidas, embora não de imediato, porque havia pessoal que estava de férias. Acrescentou que, passadas duas semanas, a situação se mantinha.-----

Alertou ainda para a possibilidade de um **eventual encerramento**, a curto prazo, **da Central Térmica**, tal como era referido no programa do Partido Socialista às próximas eleições, do qual resultaria uma situação de desemprego que afetaria quatrocentas e cinquenta famílias. -----

Concluiu, referindo que os órgãos autárquicos podiam contar consigo, como munícipe, para ajudar no que fosse preciso. -----

**A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões colocadas**, o qual começou por saudar os munícipes presentes, referindo que considerava importante a sua vinda às reuniões dos órgãos autárquicos para colocarem questões e perceberem como os mesmos funcionam. Sobre a questão do **IMI familiar**, informou que havia apenas alguns dias que as Finanças tinham disponibilizado os dados relativos ao número de famílias no Município que poderão vir a ser abrangidas por uma redução naquele imposto, com base nos quais a Câmara Municipal iria analisar a situação, a fim de poder deliberar sobre o assunto.

Mais informou que o Governo tinha tomado esta decisão, a qual incidia sobre uma receita dos municípios e que terá de ser suportada por estes, enquanto tem vindo a reduzir as transferências do Orçamento do Estado para as autarquias, sendo que o Município de Santiago do Cacém, desde dois mil e onze, tinha sofrido um corte de três vírgula seis milhões de euros, acrescentando que o Governo não tinha decidido da mesma forma no que respeitava à arrecadação dos impostos que cobrava na sua gestão, e que têm vindo a crescer, nomeadamente o IRS e IVA, aumentando assim o garrote financeiro às autarquias e condicionando desta forma a sua ação no que respeitava à resolução de problemas locais que afetam as suas populações. -----

**No referente às acessibilidades**, informou que a Câmara Municipal tem vindo a realizar obras de rebaixe dos passeios, para melhorar o acesso aos edifícios e às passadeiras, acrescentando que na Cidade de Vila Nova de Santo André era ainda mais acentuada esta preocupação da Autarquia. -----

Acrescentou que a sugestão sobre a **sinalização das passadeiras** era uma ideia interessante, informando que, se houvesse condições, seria concretizada. -----

**Relativamente ao estacionamento** naquela Cidade, referiu que a situação colocada resultava da falta de civismo de algumas pessoas e que a GNR devia atuar no sentido de fazer respeitar as regras existentes. -----

**Em relação aos passeios na ZIL**, informou que os terrenos daquele Parque Industrial eram propriedade do Estado Central e que a gestão dos mesmos tinha passado para o Município, aquando da extinção do Gabinete da Área de Sines, considerando que se tratava de um *presente envenenado*, porque o reduzido preço por metro quadrado cobrado pelo Direito de Superfície não dava para a manutenção do espaço e muito menos para a construção de infraestruturas. Acrescentou ainda que a Câmara Municipal não tem podido fazer candidaturas aos Fundos Comunitários para aquelas obras, porque a propriedade dos terrenos não era do Município. -----

Informou também que já tinha sido feito algum trabalho para consolidar aquele Parque Industrial, mas havia ainda muito a fazer, acrescentando que estava previsto realizar, em breve, algumas ações, de acordo com as disponibilidades financeiras da Autarquia. -----

**No que respeitava às obras da A26, A26-1 e IP8**, o Senhor Presidente da Câmara Municipal apelou aos munícipes para acompanharem a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Santo André na luta que vêm desenvolvendo sobre aquela situação, informando que, havia cerca de dois anos, vinham insistindo no pedido de uma reunião com o Secretário de Estado para tratar deste assunto, e que, entretanto, numa reunião da CIMAL com o Senhor Ministro da Economia, foram informados que as obras iam ser retomadas, o que aconteceu no passado mês de julho, sem que, por parte da empresa Infraestruturas de Portugal, tenha sido dado conhecimento à Câmara Municipal do seu recomeço. Mais informou que só soube que as obras tinham recomeçado, porque passou no local onde as movimentações estavam em curso e procurou saber o que se passava, tendo sido informado do recomeço das mesmas pelo Técnico que as supervisionava. ---

Referiu ainda que havia alguns anos que a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Santo André vinham levantando a questão relativa à circulação dentro da Cidade, considerando que, naquele troço, aquela via não devia ter o perfil de autoestrada. Acrescentou que pretendiam discutir este assunto com os responsáveis por aquela infraestrutura, os quais não tem respondido aos pedidos de reuniões para o efeito.-----

**Sobre a questão da Rotunda**, informou que o problema passava por uma solução técnica, dado que existiu um erro inicial de avaliação relativo à construção da mesma naquele local, porque não foi tido em conta uma conduta de grandes dimensões existente no mesmo, e a empresa Águas de Santo André não foi ouvida sobre o assunto.

**Relativamente à desbaratização**, informou que todos os anos eram efetuadas, naquela Cidade, três ações para eliminar os insetos e que as mesmas eram devidamente programadas, não resultando das reclamações dos munícipes.-----

Por último, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que não fazia sentido que se afirmasse que a **Cidade de Vila Nova de Santo André** estava degradada, quando, nos últimos anos, foram investidos mais de cinco milhões de euros na sua regeneração, nomeadamente nos bairros Pôr do Sol, Atalaia e Petrogal, no Parque Central e na Ciclovia. -----

Acrescentou que não existia regressão no desenvolvimento daquela Cidade, pelo contrário, recordando também os investimentos na construção do Pavilhão Desportivo, a colocação do relvado e a construção de unidades hoteleiras, entre outros. -----

Informou também que os problemas no Bairro dos Serrotes estavam identificados, sendo objetivo da Câmara Municipal proceder a uma intervenção de fundo naquele Bairro, logo que sejam disponibilizadas as verbas do Quadro Comunitário de Apoio, necessárias para o efeito.-----

Acrescentou que a única explicação que encontrava para aquela afirmação era o facto de, a duas semanas de eleições, algumas pessoas se sentirem motivadas para fazerem aquele tipo de discurso. -----

Mais referiu que, se os munícipes tivessem vindo colocar estas preocupações à Câmara Municipal, já teriam obtido respostas às mesmas. -----

Interveio o Senhor Jaime Cáceres, referindo que, como Presidente da Junta de Freguesia de Santo André, considerava pertinentes as preocupações levantadas pelo Senhor João Oliveira e pelo Senhor Nuno Ferreira, acrescentando que algumas daquelas questões já tinham sido colocadas à Câmara Municipal pela Junta de Freguesia, bem como outras que foram levantas pelas populações nos contactos que os eleitos tem vindo a fazer junto das mesmas, as quais estavam em discussão no âmbito da elaboração do orçamento para o próximo ano. -----

Mais referiu que a via que atravessa a Cidade de Vila Nova de Santo André, começou a ser projetada no início dos anos setenta, quando se previa uma população de cem mil habitantes para aquela Cidade, com base no projeto do Complexo Industrial de Sines, no qual se perspetivava refinar o petróleo que viria de Angola, sofrendo aquele projeto alguns avanços e alguns recuos, nomeadamente aquando do choque petrolífero de 1973, e com a independência de Angola na sequência do 25 de Abril de 1974, sendo que, em 1975, durante o Governo do 1º Ministro Vasco Gonçalves, foi tomada a decisão de avançar com aquele Complexo Industrial e com a construção de Vila Nova de Santo André, tendo o projeto inicial sido reduzido para cinquenta mil pessoas, acabando a Cidade por ficar infraestruturada para trinta e três mil e quatrocentos habitantes. Acrescentou que aquela Cidade conta, atualmente, com uma população de cerca de dez mil pessoas, para a qual seria suficiente a via rápida que ali existia. -----

Informou ainda que os autarcas preconizavam a construção de uma Alameda naquela Cidade, desde os anos noventa. -----

Mais referiu que quando foi viver para a Freguesia de Santo André, havia trinta e sete anos, só existiam algumas casas e muita areia naquele espaço, sendo que as infraestruturas e os equipamentos ali existentes resultaram de muito trabalho, desenvolvido durante anos, e constituíam um enorme legado dos autarcas do Município. Acrescentou que estava à vontade para falar sobre o assunto e que, durante os seus mandatos na Junta de Freguesia, ao longo dos últimos dez anos, têm sido feitos vários investimentos, designadamente nas acessibilidades, na ciclovía, na regeneração urbana de vários bairros, no Parque Central, na construção do Pavilhão Municipal e tantos outros, pelo que, não considera aceitável que se viesse dizer que a Cidade estava cada vez mais degradada. -----

Acrescentou que na zona rural da Freguesia, cujos habitantes também eram munícipes, têm sido igualmente concretizadas várias acções, no sentido de melhorar a sua qualidade de vida, recordando que a Aldeia de Santo André, em 1979, ainda não dispunha de esgotos, nem de água canalizada nas habitações.-----

Referiu ainda que muito do que se tem sido feito não se via, mas tinha mudado positivamente a vida das pessoas, graças à vontade e ao empenho dos autarcas, não sendo por acaso que a CDU tem sido sempre a força política maioritária no Município, desde as primeiras eleições democráticas.-----

Informou ainda que tinha ido várias vezes ao restaurante referido pelo Senhor Paulo Silva, onde abordou a questão das palmeiras com os proprietários, embora nunca lá tenha visto qualquer escaravelho. Acrescentou que, na semana anterior, tinha sido cortada mais uma palmeira. -----

Mais referiu que o ataque do escaravelho vermelho às palmeiras era um problema que se registava em todo o País.-----

Interveio a Senhora Joana Filipe, eleita do BE, começando por saudar a vinda dos munícipes para exporem questões relacionadas com a Cidade de Vila Nova de Santo

André, acrescentando que sempre viveu naquela Cidade conhecendo bem a sua realidade. -----

Mais referiu que, nos últimos anos, Santo André tinha vindo a perder população jovem, constatando que oitenta por cento dos seus colegas de escola estavam a trabalhar fora, por falta de oportunidades de emprego na região, acrescentando que esta situação se agravou com a crise, o que não deixava de lhe causar alguma tristeza, considerando que se tratava de um problema cuja resolução não estava ao alcance da Câmara Municipal, porque era uma situação à escala nacional, a qual podia ser invertida, cabendo ao Governo tomar medidas para prevenir a perda de vitalidade dos centros fora de Lisboa e do Porto. -----

A Senhora Presidente concedeu novamente a palavra ao Senhor Nuno Ferreira, o qual referiu que a população e as autarquias não pediram a construção de uma nova via rodoviária (A26-1), porque tinham uma excelente estrada entre Santo André e Sines, antes das obras iniciadas pelo Governo PS e, posteriormente, suspensas pelo Governo PSD, sendo agora retomadas sem que a Câmara Municipal tenha sido informada, assim como a empresa Águas de Santo André não terá sido informada sobre a construção da Rotunda, pelo que, não podia deixar de questionar sobre as responsabilidades destas ações, relativamente às quais gostaria que os eleitos do PS e do PSD no Município se pronunciassem. -----

Mais referiu que a questão relativa ao encerramento da Central Térmica também constava no programa do PSD às próximas eleições legislativas. -----

A Senhora Presidente concedeu novamente a palavra ao Senhor Paulo Silva, o qual referiu que, como município, tinha expressado, de forma cordial, aquilo que sentia sobre as situações que expôs, pedindo desculpas a todos caso tenha sido arrogante. -----

O Senhor Hugo Ferreira, eleito do PS, referiu que considerava importante o exercício de cidadania por parte dos municípios, colocando questões dirigidas à Câmara Municipal e aos partidos, agradecendo a sua presença. -----

Mais referiu que era natural que se misturassem emoções por parte dos habitantes daquela Cidade, na abordagem de questões que se prendiam com a mesma, porque gostam da Cidade onde vivem, para a qual querem sempre muito mais. Acrescentou que Santo André tem vindo a perder pessoas nos últimos anos e o comércio local e outras atividades tem regredido. -----

Referiu ainda que haverá sempre coisas a fazer na Cidade de Vila Nova de Santo André, mas que algumas ações têm vindo a ser concretizadas, acrescentando que se orgulhava de residir naquela Cidade, onde existia qualidade de vida. -----

Acrescentou que Santo André era a Cidade que tinha mais população no Litoral Alentejano, referindo também compreender as manifestações dos municípios, tendo em conta o importante contributo dos habitantes de Santo André para o IRS e outros impostos. -----

Interveio o Senhor João Pereira, eleito do PS, referindo que a Assembleia Municipal era o lugar próprio para debater os problemas do Município com os cidadãos, e que considerava imprópria a forma como foi respondido aos municípios. -----

Requereu em seguida, de forma verbal, que lhe fosse fornecida a gravação da presente reunião. -----

A Senhora Presidente concedeu novamente a palavra ao Senhor João Oliveira, o qual referiu que tinha sido informado, no Gabinete Municipal de Santo André, de que a desbaratização era feita duas vezes por ano e nos bairros onde havia queixas. Acrescentou que, no seu bairro, chegaram a marcar as caixas, verificando,

posteriormente, que as mesmas não tinham sido abertas. Mais referiu que esta situação devia ser confirmada nalguns bairros.-----

Referiu também que, no Bairro do Pica Pau, foram arrancados alguns degraus numa intervenção com máquinas da Câmara Municipal, os quais só foram reparados muitos meses depois, apesar dos moradores terem reportado a situação, de imediato, ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia. -----

Mais referiu que, por vezes, eram pequenas coisas que precisavam de manutenção e que não acarretavam grandes custos, sendo que, o seu arranjo, fazia a diferença.-----

Acrescentou ainda que havia falta de supervisão dos trabalhos nos espaços públicos. ----

Interveio o Senhor Pedro do Ó Ramos, começando por referir que achava espantoso o facto de se enaltecer a participação dos munícipes e depois lhes responder da forma como foi feito, o que considerava ser um péssimo sinal e que não abonava quem recebia as críticas, acrescentando que podiam não concordar com o que era dito, mas tinham que ter poder de encaixe.-----

Relativamente à A26 informou que tinha feito vários requerimentos ao Governo sobre o assunto, na qualidade de Deputado na Assembleia da República, considerando que passou muito tempo sem que as obras avançassem, o que só se verificou com a pressão feita pela Câmara Municipal e pelos munícipes, sem que a Autarquia tenha sido informada sobre a retoma das mesmas, lamentando também que os pins ainda não tenham sido retirados. -----

Mais referiu que concordava que o projeto inicial da A26 não avançasse tal como tinha sido planeado, mas discordava da situação que foi criada com a interrupção das obras. --

Em relação ao possível encerramento da Central de Térmica, informou que tal afirmação não constava no programa eleitoral do PSD, esclarecendo que o que era dito na página cento e noventa do mesmo, era que aquela Central não iria funcionar mais do que dez anos, devido a contingências dos mercados. -----

Interveio o Senhor Virgílio Gonçalves, eleito da CDU, referindo que desde os anos oitenta, quando começou a participar na Assembleia Municipal, sempre assistiu à vinda de munícipes às sessões para colocarem as suas preocupações, considerando esta atitude positiva e lamentando que não venham mais cidadãos participar nas mesmas, acrescentando que os eleitos não andavam às escondidas de ninguém e se não atuavam sobre alguns problemas era porque não os tinham ainda detetado. Mais referiu que sempre que as situações são levantadas, as mesmas podem não ser resolvidas, de imediato, mas os eleitos não deixarão de atuar, logo que possível.-----

Sobre a desbaratização na Cidade de Vila Nova de Santo André, informou que se tratava de um processo que acompanhava havia vários anos e que eram feitas três intervenções ao longo do ano, sendo que a próxima iria ter lugar no dia cinco de outubro. -----

Mais referiu que era importante resolver os problemas na Cidade de Vila Nova de Santo André, mas sem esquecer aqueles que existem nas outras freguesias do Município, considerando importante que os presidentes das outras juntas de freguesias também os exponham na Assembleia Municipal. -----

O Senhor Rui Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Alvalade, referiu que, a exemplo do que acontecia com a A26-1, em termos de falta de resposta, a Freguesia de Alvalade tinha vindo, nos últimos anos, a perder serviços públicos, sem que os sucessivos governos se interessassem pela situação e não ouviam os apelos dos autarcas. Acrescentou que foram gastos milhões de euros na linha dos caminhos-de-ferro do sul e encerraram a estação de Alvalade, deixando aquelas instalações ao abandono, o mesmo acontecendo ao posto dos correios, sem que por parte das empresas responsáveis, Infraestruturas de Portugal e CTT, tenha havido resposta às questões colocadas pela

Junta de Freguesia, quando são os eleitos nas autarquias que ouvem as pessoas e nem sempre tem condições para resolver os problemas, e também não conseguem chegar aos responsáveis do Governo, sendo que, esta situação se agravou no último mandato. -----

O Senhor Jaime Cáceres referiu que nunca teve receio do combate político e muito menos do diálogo com as populações, não deixando de ir ao fundo das questões. -----

Mais referiu que gostaria de saber se o Senhor Pedro do Ó Ramos concordava com a afirmação de que a Cidade de Vila Nova de Santo André se tem vindo a degradar nos últimos dez anos, convidando o mesmo a se pronunciar politicamente sobre esta questão. -----

O Senhor Pedro do Ó Ramos referiu que considerava que o Município estava mais degradado, incluindo a Cidade de Vila Nova de Santo André. -----

A Senhora Presidente deu por encerrada a discussão, agradecendo a intervenção dos munícipes, os quais convidou para continuarem a acompanhar os trabalhos e a voltarem sempre que quiserem. -----

#### **INICIATIVA – ALVALADE MEDIEVAL -----**

O Senhor Rui Madeira convidou todos os presentes para aquela iniciativa, informando que a mesma tinha tido início na data da sessão em curso e que se prolongaria durante todo o fim de semana. -----

Mais referiu que era importante conhecer todo o trabalho conjunto desenvolvido pela população e pelos autarcas na concretização daquela iniciativa anual, a qual resultava da dinâmica social e económica que existia naquela comunidade, sobretudo nos últimos quinze anos, com o desenvolvimento de importantes projetos agrícolas e agroindustriais e outros investimentos na área social. -----

#### **MOÇÕES SOBRE A SITUAÇÃO DOS REFUGIADOS E IMIGRANTES QUE CHEGAM À EUROPA -----**

Pela Senhora Isabel Contente, em representação dos eleitos da CDU, foi apresentada a seguinte proposta de Moção: -----

#### **----- “MOÇÃO -----**

#### **SOBRE A SITUAÇÃO DOS REFUGIADOS E IMIGRANTES NA EUROPA -----**

Face à dimensão do drama humano do movimento de refugiados e imigrantes oriundos de várias regiões do continente Africano e Médio Oriente, a CDU: -----

**1-** Realça que estes movimentos migratórios e de imigrantes são autênticas fugas à pobreza, à guerra e à morte. As centenas de milhares de seres humanos e de famílias inteiras que arriscam a vida em luta pela sobrevivência carregam consigo históricas dramáticas de vida. O seu inalienável direito à vida e à dignidade é um princípio basilar consagrado na Carta das Nações Unidas. -----

**2-** Sublinha que a dura realidade é uma dolorosa demonstração do carácter desumano, explorador e agressivo do sistema dominante – o capitalismo, e tem causas e responsáveis: os processos de desestabilização em vários pontos do globo e as guerras de agressão imperialistas, a política de domínio económico e de saque dos recursos naturais. -----

**3-** Considera que o Estado português deve, por razão humanitárias e por obrigação constitucional, tomar as medidas para dar o devido acolhimento a refugiados e imigrantes numa expressão da solidariedade do Estado português para com os povos vítimas das agressões e políticas anteriormente referidas. Um acolhimento que permita a integração plena, nos planos sociais, económicos, laborais, dos direitos à saúde e à educação. -----



4- Deplora a forma como a União Europeia reage a esta realidade, identificando no direito à sobrevivência de milhões de seres humanos uma ameaça, abrindo campo ao racismo e à xenofobia e às ações criminosas de grupos fascistas. Deplora a visão de total discriminação na resposta a dar aos problemas humanitários colocados a pretexto da distinção entre refugiados e migrantes e condena frontalmente as visões e declarações, nomeadamente de partidos políticos portugueses, que a pretexto do drama humanitário criado pelas políticas dos EUA, da NATO e da União Europeia apontam o caminho de novas aventuras militares no Médio Oriente e no continente africano. -----

5- Considera que a resposta necessária a esta situação passa obrigatoriamente pelo respeito dos direitos humanos, incluindo sociais e laborais, e do direito dos povos ao desenvolvimento; pelo abandono da política de repressão e de militarização desta questão – que aprofunda as causas e alimenta as redes de imigração ilegais; pelo desenvolvimento de uma política humanitária de apoio aos refugiados e de respeito pelos direitos dos migrantes e pelo combate às causas da imigração em massa – ou seja pelo fim das políticas de guerra e ingerência, pelo fim das políticas neocoloniais de exploração dos povos e países de África e do Médio Oriente, pelo respeito da soberania e independência dos Estados, pelo decidido combate à pobreza e por políticas de real solidariedade e cooperação para o desenvolvimento dos países economicamente menos desenvolvidos. -----

6- Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, reunida a 18 de setembro de 2015 recomendam à Câmara Municipal que, no quadro de um plano da responsabilidade do Estado central, se integre no esforço de integração destas vítimas, honrando as tradições de solidariedade e humanismo do povo do nosso concelho. -----

Enviar para: -----

- Presidente da República; -----

- Presidente da Assembleia da República; -----

- Primeiro Ministro; -----

- Grupos Parlamentares da Assembleia da República; -----

- Órgãos da comunicação social nacional e regional.” -----

**Pela Senhora Joana Filipe, eleita do BE, foi apresentada a seguinte proposta de Moção:** -----

-----“**MOÇÃO** -----

**Pela solidariedade e contra a Europa Fortaleza** -----

A atual crise dos refugiados é um drama sem precedentes na história europeia pós-Segunda Guerra Mundial. Fugindo da guerra, da violência, da fome, da pobreza, da perseguição política e religiosa, centenas de milhares de pessoas procuram nos países da União Europeia apenas uma vida com dignidade, o mais elementar dos direitos humanos. Muitos entre estes morrem na tentativa. Nos últimos seis meses, são mais de 3000 pessoas, homens, mulheres e crianças que morreram a tentar alcançar a Europa.

A Europa não pode permanecer indiferente. Não pode fechar portas ou virar costas a esta tragédia. Esperar que uma política securitária resolva o assunto não é realista nem eticamente aceitável. A Europa que gasta dinheiro e tempo a erguer muros e a transformar os seus mares, nomeadamente, o Mediterrâneo e o Egeu, em cemitérios a céu aberto é politicamente insustentável, eticamente indefensável e não é a Europa da solidariedade que queremos. São pois inaceitáveis as políticas repressivas e de fechamento que conduzem a indizíveis dramas humanos, como a morte por asfixia num camião de transporte de carnes na Áustria, os trucidados no Eurotunel da Mancha a tentarem chegar a Inglaterra, os afogados do Mar Egeu e do Mediterrâneo, cujo

exponente máximo é a insuportável imagem do corpo do menino Aylan a boiar numa praia turca. É precisa uma resposta política imediata para os milhares de pessoas a enfrentar ao relento, *dias a fio*, a intransigência e a insensibilidade dos governos europeus, mais particularmente, na sua fronteira oriental, entrincheirados por detrás de muros de arame farpado guardados por exércitos mobilizados contra a nova “praga”, como, vergonhosamente, disse Cameron a respeito da vaga de migrantes.-----

Já em maio, a Comissão Europeia falava em distribuir pelos estados membros da EU, nos próximos dois anos, cerca de 40.000 requerentes de asilo, principalmente, aqueles que se encontram na Grécia e em Itália. Mas, ao mesmo tempo que a Comissão preparava tal ideia de quotas por país, os dirigentes europeus insistiam na ideia de fechamento, multiplicando as declarações, segundo as quais os “migrantes irregulares devem ser recambiados”. -----

Esta contradição revela obviamente que estas medidas não só são pura e simplesmente cínicas e hipócritas bem como, não têm nenhuma adesão a realidade horrível vivida por centenas de milhares de refugiados provenientes, principalmente da Síria, Líbia, Afeganistão, Eritreia, Níger, etc, onde não podiam absolutamente voltar. As pessoas que fogem de guerras civis, do terrorismo, do fundamentalismo religioso, pesadelos resultantes, na maior parte dos casos, das intervenções colonialistas das potências ocidentais, potenciadoras de opressão política e militar e da atuação predadora das multinacionais que, conscientemente saqueiam os recursos naturais destes países, comprometendo o presente e o futuro das populações locais que se veem assim empurradas para a procura de melhores condições de vida. -----

Apesar de, a cada dia que passa, o gigantesco aumento de chegadas de refugiados, particularmente, a partir da fronteira oriental continuar a se agravar (1060% de aumento de chegadas só na Grécia em relação ao período homólogo e 880% de aumento do lado dos Balcãs Ocidentais, nomeadamente junto da fronteira húngara), as respostas da UE inscrevem-se num quadro político que prioriza o medo e instrumentaliza os sentimentos de (in) segurança que alimentam o racismo e a xenofobia. -----

Trata-se de uma estratégia baseada na repressão, ancorada numa hipocrisia social e política que procura empurrar refugiados e imigrantes fora da vista da opinião pública, evitando assim enfrentar esta crise humanitária e, infelizmente, promovendo por arrasto, através de um discurso do medo, a xenofobia e o racismo. -----

Hoje em dia, a mercantilização da mobilidade está diretamente ligada à promoção de acordos económicos e políticos rentáveis para a Europa e multinacionais europeias e também para os regimes que os refugiados estão a tentar escapar. -----

O governo português consentido neste caminho profundamente errado que transformou o Mediterrâneo num cemitério e a Europa numa fortaleza fechada. Para além disto, face à catástrofe, recentemente, Pedro Passos Coelho esforçava-se por regatear o número de refugiados que o país aceitaria: dos 2.405 propostos por Bruxelas passou-se para cerca de 1.400, sendo que Portugal não chegou a receber nenhum dos 45 refugiados que deveria ter recebido o ano passado. O governo parece ser mais duro a negociar com vidas humanas que é preciso salvar do que com os interesses económicos que se vão apoderando do bem comum nacional.-----

Assim, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, reunida em 18 de setembro de 2015, delibera:-----

1. manifestar a sua solidariedade para com os refugiados;-----
2. apelar ao governo português para que altere a sua postura face a esta crise; -----
3. declarar o seu empenho e disponibilidade para fazer parte da solução, nomeadamente apelando à criação de uma rede de cidades-refúgio; -----

4. declarar o empenho do município de Santiago do Cacém na construção de soluções para o acolhimento de Refugiados. -----

Enviar para: -----

- Presidente da República; -----

- Presidente da Assembleia da República;-----

- Primeiro Ministro;-----

- Grupos Parlamentares da Assembleia da República;-----

- Órgãos da comunicação social nacional e regional.”-----

**A Senhora Presidente colocou as propostas de moções para discussão. -----**

Interveio o Senhor João Pereira, eleito do PS, referindo que se tratava de uma questão humanitária que assombrava quase todo o planeta, não só a Europa mas também outros continentes, com todos os problemas que dela advirão. -----

Mais referiu que, na sua opinião, o texto da Moção da CDU refletia um aproveitamento político da situação, nomeadamente nas referências que fazia à NATO, aos EUA e à União Europeia, confundindo causas humanitárias e causas políticas, considerando que se tratava de coisas distintas. Acrescentou que não tinha visto a CDU apresentar qualquer moção quando da invasão de Crimeia, nem quando a Coreia do Norte ameaça a Coreia do Sul, nem sobre as manobras da Rússia na Síria. -----

Mais referiu que considerava normal as opiniões divergentes sobre a situação, o que demonstrava que existia pluralidade na Europa, acrescentando acreditar que se chegaria a bom porto, e que aquelas pessoas terão os seus problemas resolvidos apesar dos países não terem ainda chegado a um consenso sobre as medidas a adotar. -----

Concluiu, referindo que se iria abster na votação da proposta de Moção, por não concordar com o mencionado no quarto parágrafo da mesma, considerando ainda que o texto da Moção do BE era muito melhor e tinha um carácter mais humanista. -----

O Senhor João Carvalho, eleito da CDU, referiu que havia pessoas que deviam ter a noção exata da palavra política, questionando a seguir sobre quem fazia a guerra no Iraque e na Líbia e sobre as retiradas estratégicas desses países depois de derrubarem os governos existentes. -----

O Senhor Pedro do Ó Ramos solicitou esclarecimentos sobre o mencionado no quarto parágrafo da proposta de moção da CDU, pretendendo saber quais eram *os partidos políticos portugueses* que visava, e quais eram as *novas aventuras militares e políticas neocoloniais no médio oriente e no continente africano* que referia.-----

A Senhora Isabel Contente referiu que as respostas a estas questões podiam ser encontradas nos parágrafos seguintes da proposta de Moção.-----

O Senhor Rui Madeira referiu que todos deviam estar recordados da famosa fotografia dos senhores Bush, Tony Blair, José Maria Aznar e Durão Barroso, nos Açores, na cimeira onde foi decidida a invasão do Iraque, considerando que era bem elucidativa das políticas dos partidos que a apoiaram, assim como das outras guerras que se seguiram, as quais levaram à situação que afetava hoje milhões de pessoas.-----

Mais referiu que para os Americanos só a sua democracia era válida e, por isso, se achavam no direito de irem ensinar aos iraquianos, aos líbios e aos sírios o que era a democracia, causando um caos total naqueles países. -----

Referiu também que era um facto que existiam responsáveis por toda aquela situação, a qual não tinha surgido do nada, acrescentando que os eleitos da CDU não podiam deixar de o mencionar na Moção, sendo que os culpados eram aqueles que levaram a guerra aos países atrás mencionados, nomeadamente a França, a Inglaterra, a América e todos os que a eles se aliaram, com o propósito de continuarem a produzir e a vender armas, e pelo domínio do petróleo e de outros recursos naturais.-----

Acrescentou que o neocolonialismo era uma realidade, porque continuávamos a explorar os recursos em matérias-primas daqueles e de outros países africanos, para nosso benefício, considerando que era tempo de acabar com a hipocrisia sobre esta matéria. -----

O Senhor João Pereira referiu que o Senhor Sadam tinha uma prática de democracia muito própria, mandando bombardear com gás mostarda aqueles que o contestavam, eliminando assim muitas pessoas, considerando que se tratava de um ditador que tinha de ser derrubado, embora não acreditasse na versão do armamento químico que o mesmo esconderia e que serviu de pretexto para a invasão do Iraque. -----

Mais referiu que, no pós-guerra, terão sido cometidos um conjunto de erros, e que o negócio das armas passava também pelo fornecimento das mesmas de acordo com as perspetivas dos dois blocos, na base dos quais se desenrolava a política internacional, considerando que não se estava a ser preciso sobre as situações. -----

Referiu que a questão da Líbia era interessante, em termos geopolíticos, e que também tinha sido demonstrado que Kadafi deu dinheiro a políticos ocidentais, e que o mesmo também matava os seus opositores. -----

O Senhor Pedro do Ó Ramos recordou que a guerra declarada ao Iraque teve como base uma resolução das Nações Unidas, de dois mil e quatro. -----

Mais referiu que a situação dos refugiados tinha que ter resposta por parte da Europa, e que a Alemanha já recebera cem mil pessoas, enquanto alguns países dizem não terem capacidade para acolher o número de pessoas que lhes foi atribuído, enquanto outros, como a Hungria e a Áustria, colocaram objeções ao acolhimento dos mesmos, acrescentando que Portugal já se tinha disponibilizado para receber mais de três mil refugiados, número superior ao definido pela União Europeia, estando em curso um plano para os receber. -----

Acrescentou que era preciso ter uma política integrada nesta matéria, combater as causas que estão na origem desta situação, redefinir políticas e acolher as pessoas, considerando que a Europa tinha despertado tarde para o problema, e que o mesmo não podia ser resolvido com a construção de barreiras, embora pudesse compreender os países que dizem não ter capacidade para receber um número elevado de pessoas, e outros, como a Jordânia e a Turquia, com campos de refugiados sobrelotados, bastando para tal pensar na situação de Portugal caso tivesse de acolher quinhentas mil pessoas. Contudo, referiu ainda que não se tratava da construção de muros como acontecera no passado, em Berlim, onde as pessoas eram mortas caso pretendessem passar para o lado ocidental. -----

Referiu também que desde a situação do Ruanda, havia vinte anos, não se registava um número tão elevado de pessoas deslocadas, embora não se tenha falado muito deste problema, porque estava distante. -----

Interveio o Senhor Jorge Magrinho, eleito da CDU, referindo que se sabia quem eram os culpados desta situação, mas era difícil aos mesmos assumirem as suas responsabilidades. -----

Mais referiu que o que estava em causa era como se ia receber aqueles milhares de pessoas e se existiam condições para o fazer, considerando que não era suficiente mostrar disponibilidade, sendo necessário garantir condições para a sua integração, e saber o que lhes podia ser oferecido num País, onde, durante os últimos quatro anos, não tem parado de crescer o número de pessoas cada vez mais pobres. Acrescentou que os grandes empresários até poderão ficar satisfeitos com a vinda dos refugiados, na perspetiva de terem disponível mais mão-de-obra barata, para trabalho precário, mas não se podia aceitar que as pessoas venham a ser acolhidas, no País, para serem exploradas.

Referiu ainda que a CDU nunca apoiou ofensivas militares, mas outros partidos sabem que tem responsabilidades nesta matéria, as quais deverão assumir. -----  
Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou, separadamente, à votação as duas **propostas de moções**, sendo que ambas foram **aprovadas por maioria**, com dezassete votos a favor, sendo dezasseis dos eleitos da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Élio Sucena, João Alberto Machado Guerreiro, Maria do Conceição Pinela Pereira, Jorge Manuel Mata Magrinho, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente, João Saraiva de Carvalho, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel Madeira dos Santos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, Jaime António Pires de Cáceres, Pedro Miguel C. Pereira Gamito e Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata e Virgílio Gonçalves, e um da eleita do BE, Senhora Joana Margarida Ganço Filipe. -----  
Seis abstenções, dos eleitos do PS Senhores Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Ricardo Campos da Silva Rico, João Filipe Rodrigues da Silva Pereira, Nelson José Bento Raposo e Vera Lúcia da Costa Violante, e três votos contra, dos eleitos do PSD Senhores Pedro do Ó Barradas de Oliveira de Oliveira Ramos, Francisco Miguel Castelo Branco Lobo de Vasconcelos e Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes”.---

-----  
**ELEITOS NA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – ACESSO A DOCUMENTAÇÃO – PLATAFORMA DE TRANSFERÊNCIA DE FICHEIROS** -----

A Senhora Presidente informou os membros da Assembleia sobre o processo de criação de uma plataforma de acesso à documentação por parte dos mesmos, dado que se registavam alguns problemas com o seu envio por *mail*, devido à dimensão dos ficheiros. Acrescentou que os eleitos serão devidamente informados sobre o funcionamento da mesma e esclarecidos sobre qualquer dúvida que se venha a colocar na sua aplicação. -----

-----  
**ORDEM DO DIA:** -----

**1. Expediente**-----

A Senhora Presidente deu conhecimento da relação do expediente que deu entrada nos Serviços Administrativos da Assembleia Municipal, desde o mês de junho até ao dia dezoito de setembro de dois mil e quinze, documento que é dado como reproduzido na presente ata com o número vinte e sete, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

**2. Ata** -----

A Senhora Presidente colocou para discussão e aprovação a Ata nº 03, da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 26 de junho de 2015, a qual foi aprovada, por maioria, com vinte e um votos a favor e cinco abstenções, dos senhores Virgílio Gonçalves, João Pereira, Ricardo Rico, Ana Raquel Hilário Nunes, e Francisco Lobo de Vasconcelos, por não terem estado presentes. -----

**3. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL**-----

**---a) Relatório Semestral do Auditor Externo sobre a situação económica e financeira do Município – Para conhecimento;**-----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que deu conhecimento à Assembleia Municipal do Relatório semestral sobre a situação económica e financeira do Município, relativa ao 1.º semestre de 2015, apresentado pelo auditor externo que procede anualmente à revisão legal de contas. \* -----

**FUNDAMENTOS:** Em conformidade com o previsto na alínea d), do n.º2, do artigo 77.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.” -----

\*documento que é dado como reproduzido na presente ata com o número vinte e oito, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

A Senhora Presidente colocou o documento para discussão. -----

Interveio a Senhora Joana Filipe, eleita do BE, referindo que voltava a colocar a questão da falta do Regulamento Interno da Câmara Municipal, dado que se tratava de uma situação irregular, tal como era referido naquele Relatório, considerando necessária a sua correção. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que os serviços estavam a trabalhar no sentido da criação daquele Regulamento e que não tinha sido ainda possível concretizar esta ação devido à falta de pessoal, tendo em conta o volume de trabalho na área financeira e a impossibilidade legal de recrutamento de pessoal. -----

Acrescentou que existiam outros mecanismos internos de controlo, como também era mencionado no Relatório.-----

O Senhor Pedro do Ó Ramos referiu que, apesar da evolução nesta matéria mencionada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Município não estava a cumprir com aquela determinação legal, tal como era afirmado no Relatório.-----

**TOMADO CONHECIMENTO** -----

---b) Derrama para o ano de 2016;-----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA:** Submeter à Assembleia Municipal, nos termos da alínea d) do n.º 1 do art.º 25 do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação do lançamento da Derrama de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), a cobrar no ano de 2016, que corresponda à proporção do rendimento gerado na área geográfica do Município. -----

**FUNDAMENTOS:** Nos termos da alínea b) do artigo 14.º e do n.º1 e 2 do artigo 18.º da Lei n.º73/2013, de 3 de setembro, e da alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33 do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º75/2013, de 12 de setembro.” -----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Interveio a Senhora Joana Filipe, eleita do BE, referindo que já noutras ocasiões tinha expressado a sua opinião sobre este assunto, no sentido da diferenciação da taxa a aplicar relativamente ao volume de faturação das empresas, considerando que as empresas com um volume de negócios abaixo de cento e cinquenta mil euros deviam ficar isentas, tal como tem sido defendido pelo seu partido noutros municípios, pelo que, informou que iria votar contra a proposta e apresentaria uma declaração de voto sobre o assunto. -----

Mais referiu que estava consciente das restrições financeiras das autarquias, acrescentando que importava conhecer o impacto daquela medida no orçamento da Câmara Municipal, lembrando que outras autarquias já avançaram com esta medida, como aconteceu em Odemira. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que também era a favor de alguma diferenciação das taxas, acrescentando que não era possível, neste momento, adotar essa medida devido à diminuição da receita que o Município tem vindo a ter, não colocando de parte que a mesma venha a ser equacionada no futuro. -----

Mais referiu que os municípios não sabem exatamente quais as empresas que contribuem para a Derrama. -----

Acrescentou que para além do volume da faturação, os incentivos às empresas deviam também ter em conta a criação de postos de trabalho, entre outros fatores. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com dezasseis votos a favor dos eleitos da CDU, Senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Élio Sucena, João Alberto Machado Guerreiro, Maria do Conceição Pinela Pereira, Jorge Manuel Mata Magrinho, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente, João Saraiva de Carvalho, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel Madeira dos Santos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, Jaime António Pires de Cáceres, Pedro Miguel C. Pereira Gamito e Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Virgílio Gonçalves. -----

Oito abstenções, sendo cinco dos eleitos do PS Senhores Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Ricardo Campos da Silva Rico, Marina Patrícia Basílio Pedro, João Filipe Rodrigues da Silva Pereira e Nelson José Bento Raposo, e três dos eleitos do PSD Senhores Pedro do Ó Barradas de Oliveira de Oliveira Ramos, Francisco Miguel Castelo Branco Lobo de Vasconcelos e Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes. ---

Um voto contra da eleita do BE, Senhora Joana Margarida Ganço Filipe. -----

**JUSTIFICAÇÃO DE VOTO:** Pela eleita do Bloco de Esquerda, Senhora Joana Filipe, foi apresentada a seguinte declaração de voto: “O BE encara a política fiscal como instrumento de redistribuição da riqueza, de promoção da justiça social e de um desenvolvimento equilibrado e sustentável. Por isso nos preocupa a arrecadação da receita por parte dos municípios e, sobretudo, os critérios da sua aplicação na despesa. Com estes pressupostos, eis o nosso sentido de voto: -----

A isenção da Derrama para as pequenas e microempresas, com um volume de negócios abaixo dos 150 mil euros, justifica-se plenamente na atual conjuntura de crise económica. Mas a maioria das restantes empresas podem e devem pagar a derrama de 1,5% sobre o lucro tributável declarado. Ora a justiça fiscal baseia-se no princípio da progressividade, tratando de forma desigual o que é diferente. -----

Assim, face à taxa 1,5% proposta pelo executivo, voto contra, pelos motivos acima expostos, pois defendo a diferenciação das taxas da derrama”. -----

-----  
--- **c) Fixação da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (I.M.I);**-----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA:** Submeter à Assembleia Municipal, nos termos da alínea d) do nº 1 do art.º 25 do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação da taxa do Imposto Municipal Sobre Imóveis (I.M.I.) a incidir sobre o valor patrimonial tributário, a vigorar em 2016: -----

-Para prédios urbanos 0,4%.-----

**FUNDAMENTOS:**– De acordo com a alínea c) do nº. 1 do art.º 112º do Código do Imposto Municipal Sobre Imóveis publicado em anexo ao Decreto-Lei nº.287/2003, de 12 de novembro na redação da Lei 83-c/2013 de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2014), e o disposto na alínea ccc) do nº 1 do art.º 33 do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.” -----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Interveio a Senhora Joana Filipe, eleita do BE, começando por referir que, atualmente, ser proprietário de um imóvel para habitação própria, não significava ter mais

rendimento, mas uma dívida à banca, a pagar anualmente. Acrescentou que compreendia que a receita daquele imposto fazia falta à Câmara Municipal, mas que também era verdade que com a reavaliação feita aos imóveis a receita do IMI tinha aumentado, e que havia outras câmaras municipais a baixar a taxa, considerando que mesmo que fosse uma redução pequena seria um sinal importante que a Câmara Municipal dava às populações.-----

O Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito do PSD, referiu ter ficado satisfeito com o facto de o Senhor Presidente concordar com a diferenciação na aplicação das taxas, mas que este nunca tinha sido o entendimento da Câmara Municipal, na gestão CDU, alegando sempre que a receita não chegava e que o Governo é que tinha a obrigação de isentar as famílias e as empresas.-----

Mais referiu que a Autoridade Tributária tinha informado os municípios sobre a medida relativa ao IMI familiar, sendo que alguns municípios, do PSD, CDS e PS, já tinham manifestado a vontade de aplicarem as reduções em causa, embora nenhuma Câmara Municipal da CDU, o tivesse feito.-----

Referiu ainda que era verdade que o Governo procedera a um aumento colossal dos impostos, o que permitira ao País sair do programa de resgate e da difícil situação económica e financeira em que se encontrava. -----

Acrescentou que o Governo tinha uma política coerente e por essa razão, no ano em curso, seriam reduzidos cento e cinquenta milhões no IRS através do coeficiente familiar.-----

Questionou ainda, se o Senhor Presidente da Câmara Municipal tinha uma posição dogmática sobre a questão do IMI familiar ou se admitia, depois da análise da mesma, decidir pela sua aplicação, até ao dia trinta de novembro. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que considerava altamente demagógica a medida do Governo sobre a questão do IMI familiar, considerando que a mesma era fruto do momento político que se vivia e que foi também essa a motivação para a sua divulgação na Comunicação Social, da forma como foi feita. Acrescentou que considerava irresponsável o anúncio por parte de algumas câmaras municipais, quase todas do PSD, sobre a isenção em causa, sem uma avaliação prévia dos impactos daquela medida.-----

Mais referiu que o Governo dispunha de todas as ferramentas necessárias para aliviar a carga fiscal sobre as famílias e empresas relativamente aos impostos que cobrava, e para melhorar a situação das pessoas, mas o que tinha resultado da sua política, nos últimos quatro anos, eram menos cuidados de saúde, com o encerramento de centros de saúde e falta de médicos, menos escolas, encerrando algumas e não dotando outros dos recursos humanos necessários, menos segurança, encerrando postos da GNR, menos e piores estradas e outras infraestruturas sociais, menos serviços, com o encerramento de estações de correio e outros, o que na prática se traduzia no empobrecimento das populações, enquanto a dívida do País continuava a aumentar, sendo mais elevada do que em dois mil e onze. O desemprego continuava elevadíssimo, os salários baixaram, a precaridade aumentou e a emigração eram uma realidade. Mais referiu esperar que nas eleições de quatro de outubro as pessoas analisassem bem e penalizem os culpados da situação em que o País se encontrava.-----

Acrescentou ainda que considerava inaceitável que o Governo viesse agora, em cima da data das eleições, pressionar os municípios com esta medida, quando podia acabar com a sobre taxa do IRS e outras ações da sua governação aplicadas a quem trabalha, o que devolveria às pessoas um valor muitas vezes superior aquele que resultará da aplicação



daquela isenção, a qual só irá beneficiar algumas famílias, aquelas que tem habitação própria e permanente e filhos dependentes. -----

Mais referiu que a lei define que os prédios com três anos podem ser reavaliados, questionando a razão por que a Autoridade Tributária não o fazia automaticamente, mas só mediante requerimento, quando esta medida iria beneficiar mais pessoas do que o IMI familiar. -----

Informou também que a reavaliação dos imóveis tinha sido feita de forma apressada, no ano de dois mil e doze, porque os responsáveis pela mesma quiseram fazer, naquele ano, o que deviam ter iniciado dez anos antes, tendo em conta que a reforma sobre esta matéria era de dois mil e três, sendo que, para desenvolver o trabalho de avaliação de treze mil prédios, no Município, foi apenas designado um avaliador, pelo que, no final do prazo, e apesar do apoio que foi dado pela Câmara Municipal, estavam cerca de nove mil prédios por avaliar, o que foi feito com recurso ao Google, sem que no terreno tenham sido avaliadas as condições em que se encontrava os imóveis. -----

Acrescentou que aquele processo foi criticado pela Câmara Municipal, e que, embora dele tenha resultado o aumento efetivo da receita do IMI, ao mesmo tempo a receita total das autarquias diminuía devido às políticas do Governo, as quais levaram à redução dos rendimentos das pessoas e das empresas, à crise na construção civil e da economia, em geral, criando constrangimentos à ação das autarquias na melhoria da qualidade vida das populações. -----

Mais informou que o Governo pretendia também retirar aos municípios a receita do Imposto Municipal sobre Transações (IMT), medida que só não era aplicada no próximo ano por causa das eleições, estando previsto um corte, em dois mil e dezassete, sendo aquela receita totalmente retirada aos municípios, em dois mil e dezoito.-----

Concluiu, informando que a Câmara Municipal não deliberará sobre a questão do IMI familiar sem proceder a uma análise rigorosa da mesma.-----

O Senhor Pedro do Ó Ramos referiu que o País estava a sair da crise, estava a crescer do ponto de vista económico, havia menos desemprego, e que, pela primeira vez, em quinze anos, a dívida pública líquida diminuía, enquanto a dívida global não tinha caído devido ao empréstimo de setenta e oito milhões de euros que foi necessário fazer, o qual correspondia a quase cinquenta por cento do Produto Interno Bruto (PIB).-----

Mais referiu que não sabia quais iam ser os resultados das próximas eleições, mas achava que a coligação PSD-CDS ia ter mais votos que a coligação CDU. Acrescentou que na Câmara Municipal os eleitos da maioria faziam questão de dizer que foram sufragados, sendo que, também o Governo resultava dos votos dos eleitores, os quais votavam, normalmente, no PSD e no PS, e que era na mesma democracia que os governos eram eleitos.-----

O Senhor Jorge Magrinho, eleito da CDU, referiu que a intervenção do Senhor Padro do Ó Ramos quase o fazia sorrir, mas que nem ele nem o povo português tinham vontade de rir, nem podiam estar gratos ao Governo pelas dificuldades por que tem passado nos últimos anos, não lhe parecendo que as famílias tenham mais poder de compra, nem que a crise tenha passado, considerando que as pessoas vão enfrentar muitos anos de crise, resultante das políticas que tem vindo a ser praticadas.-----

Mais referiu que a Câmara Municipal terá que analisar as suas contas, para não correr o risco de não poder dar resposta às necessidades da população, acrescentando que o Governo se devia preocupar com o que tinha tirado ao povo português, aos trabalhadores, nestes anos, questionando por que razão o Governo não acabava com as sobretaxas e os cortes salariais, em vez de tentar passar para os municípios responsabilidades que eram suas.-----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com dezasseis votos a favor dos eleitos da CDU, Senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Élio Sucena, João Alberto Machado Guerreiro, Maria do Conceição Pinela Pereira, Jorge Manuel Mata Magrinho, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente, João Saraiva de Carvalho, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel Madeira dos Santos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, Jaime António Pires de Cáceres, Pedro Miguel C. Pereira Gamito e Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata e Virgílio Gonçalves. -----

Nove abstenções, sendo seis dos eleitos do PS Senhores Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Ricardo Campos da Silva Rico, Marina Patrícia Basílio Pedro, João Filipe Rodrigues da Silva Pereira, Nelson José Bento Raposo e Vera Lúcia da Costa Violante, e três dos eleitos do PSD Senhores Pedro do Ó Barradas de Oliveira de Oliveira Ramos, Francisco Miguel Castelo Branco Lobo de Vasconcelos e Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes. -----

Um voto contra da eleita do BE, Senhora Joana Margarida Ganço Filipe. -----

**DECLARAÇÃO DE VOTO:** Pela eleita do Bloco de Esquerda, Senhora Joana Filipe, foi apresentada a seguinte declaração de voto: “O BE encara a política fiscal como instrumento de redistribuição da riqueza, de promoção da justiça social e de um desenvolvimento equilibrado e sustentável. Por isso nos preocupa a arrecadação da receita por parte dos municípios e, sobretudo, os critérios da sua aplicação na despesa. Com estes pressupostos, eis o nosso sentido de voto: -----

Voto contra a taxa de 0,4% aprovado em reunião de Câmara sobre os prédios urbanos avaliados nos termos do código do IMI porque defendemos a aplicação da taxa mínima de 0,30%. Na verdade, a maioria destes prédios destina-se a habitação própria e os seus residentes são titulares, antes de mais, de uma dívida à banca durante dezenas de anos”. -----

--- **d) Participação Variável no IRS – Fixação de percentagem.** -----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA:** Submeter à aprovação da Assembleia Municipal a definição para o ano de 2016 da taxa de 5% para a participação no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial do Município.-----

**FUNDAMENTOS:** De acordo com os n.ºs. 1 e 2 do artigo 26 da Lei nº73/2013 de 3 de setembro e o disposto na alínea c) do nº1 do artigo 25 e na alínea ccc) do nº 1 do artigo 33 do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.” -----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão.-----

Interveio a Senhora Joana Filipe, eleita do BE, começando por referir que já por diversas vezes tinha dado conta da sua posição sobre este assunto.-----

Mais referiu que o Governo do País, durante os últimos quatro anos, não conseguiu socorrer as famílias nos momentos mais difíceis, pelo que, muitas saíram para o estrangeiro.-----

Acrescentou que, no quadro da difícil situação económica das famílias, os eleitos da CDU, efetivamente, sufragados, tinham que dar a cara todos os dias aos munícipes, enfrentando as consequências de uma situação que não criaram, o mesmo sucedendo aos autarcas de outras forças políticas, incluindo os do PSD, muitos dos quais também não estarão de acordo com as políticas do Governo Central do seu partido.-----

Mais referiu que o papel dos autarcas era diferente, e que a vocação e o exercício do Poder Local era ajudar os outros, acreditando que existiam bons autarcas no Município. Acrescentou que se tivesse estas responsabilidades e perante a situação de desemprego, falência de empresas e as dificuldades económicas das famílias, lançaria mão a todos os mecanismos possíveis para as aliviar.-----

Concluiu, referindo que, para si, era clara a possibilidade de devolução de algumas verbas pelos municípios, embora reconhecesse que se tratava de uma medida que podia originar potenciais distorções no que respeitava à progressividade do imposto e igualdade fiscal, resultantes das diferentes práticas das câmaras municipais, pelo que, o seu sentido de voto seria a abstenção.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que, se a Câmara Municipal reduzisse o imposto de cinco para quatro por cento o impacto na receita do município era de menos trezentos e trinta mil euros, enquanto a maioria das famílias poupariam apenas um euro e quatro cêntimos, considerando que esta medida só iria beneficiar as famílias com maiores rendimentos. -----

Interveio o Senhor Jaime Cáceres, eleito da CDU, recordando que o Município tinha arrecadado menos três milhões e seiscentos mil euros, desde dois mil e onze, pelo que, não era compreensível que se pretendesse que a Câmara Municipal baixasse a Derrama, o IMI, e a percentagem do IRS, questionando se os eleitos presentes consideravam que era possível aos municípios continuarem a fazer obra nestas condições.-----

Mais referiu que alguns municípios governados por autarcas do partido que o Senhor Pedro do Ó Ramos representava têm ido à falência com este tipo de políticas, apesar das *ajudinhas* de uns e outros amigos.-----

Acrescentou que os autarcas respeitavam o Poder Central, mas os governantes não tinham a mesma postura relativamente aos eleitos locais, aos quais nem se dignavam a responder, nem os informavam quando se deslocavam ao Município, em visita oficial.--

O Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito do PSD, referiu que devia ser feito o mesmo raciocínio sobre a redução de imposto, no que ao País dizia respeito, porque sendo menor a receita não era possível baixar os impostos, caso contrário o Estado ia falência, como já tinha acontecido quando Portugal perdeu metade da sua riqueza, ficando sem dinheiro para pagar os salários, mas não precisou de um segundo resgate e não chegou à mesma situação da Grécia.-----

Questionou ainda como se podia ter mais saúde pública, educação e estradas, quando sete por cento dos portugueses pagavam oitenta por cento do total do IRS cobrado no País, e quando cinquenta e cinco por cento dos portugueses não pagavam este imposto.-

Mais referiu que a Câmara Municipal não podia aliviar as famílias, mas os eleitos da CDU consideravam que o Governo o podia fazer, mesmo que isso levasse o País à falência.-----

Referiu ainda que havia quem falasse do Povo Português, como se fossem seus donos, acrescentando que era este Povo que tinha vindo a eleger os vários governos PSD e o PS e nunca tinha eleito um governo CDU, porque o Povo não gosta de aventuras, gosta de estabilidade, e que, dentro de duas semanas, a situação se iria repetir, não querendo sequer pensar no que seria do País se a CDU alguma vez fosse Governo.-----

O Senhor Jorge Magrinho, eleito da CDU, referiu que o Senhor Pedro do Ó Ramos argumentava que o PSD tinha recuperado o Estado da falência, questionando se o mesmo tinha ideia de quantas famílias tinham ido à falência nos últimos quatro anos, considerando que as pessoas não sofreram de igual modo com a situação criada, porque alguns sofreram e sofrem mais que outros, sendo que os ricos estavam cada vez mais ricos e os pobres estavam cada vez mais pobres.-----

Mais referiu a população do Município de Santiago do Cacém elegeu uma maioria CDU para as autarquias, por considerar que os eleitos são pessoas sérias e honestas e, como tal, tem que assumir as suas responsabilidades e saber avaliar até onde podem chegar, não embarcando em aventuras, assumindo responsabilidades que não têm.-----

Concluiu, referindo que o Povo vai decidir nas próximas eleições se elege aqueles que o tem prejudicado durante anos, acrescentando que, em democracia, a vontade do Povo era soberana, sendo que, tinha esperança que outros tempos de mudança iriam chegar.

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com dezasseis votos a favor dos eleitos da CDU, Senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Élio Sucena, João Alberto Machado Guerreiro, Maria do Conceição Pinela Pereira, Jorge Manuel Mata Magrinho, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente, João Saraiva de Carvalho, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel Madeira dos Santos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, Jaime António Pires de Cáceres, Pedro Miguel C. Pereira Gamito e Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Virgílio Gonçalves. -----

Dez abstenções, sendo seis dos eleitos do PS Senhores Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Ricardo Campos da Silva Rico, Marina Patrícia Basílio Pedro, João Filipe Rodrigues da Silva Pereira, Nelson José Bento Raposo e Vera Lúcia da Costa Violante, três dos eleitos do PSD Senhores Pedro do Ó Barradas de Oliveira de Oliveira Ramos, Francisco Miguel Castelo Branco Lobo de Vasconcelos e Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes e uma da eleita do BE, Senhora Joana Margarida Ganço Filipe.-----

**DECLARAÇÃO DE VOTO:** Pela eleita do Bloco de Esquerda foi apresentada a seguinte declaração de voto: “O BE encara a política fiscal como instrumento de redistribuição da riqueza, de promoção da justiça social e dum desenvolvimento equilibrado e sustentável. Por isso nos preocupa a arrecadação da receita por parte dos municípios e, sobretudo, os critérios da sua aplicação na despesa. Com estes pressupostos, eis o nosso sentido de voto:-----

No quadro da atual difícil situação económica das famílias portuguesas, em especial as residentes na região do Alentejo, e em face da incompetência e inação do Governo de Portugal para fazer face às dificuldades dos cidadãos, restaria (tristemente) ao Executivo Camarário dar mostra de solidariedade para com os contribuintes em dificuldades e residentes no nosso concelho, reduzindo (por pouco que fosse) a sua participação variável no IRS. -----

No entanto, resulta claro que a introdução da possibilidade de “devolução pelos municípios” de uma fatia até 5% do IRS, nos artigos 19 e 20 da Lei 2/2007, de 15 de janeiro, origina potenciais distorções na universalidade e progressividade do imposto. Enquanto o poder central se apropria de 95% da receita do IRS, convida os municípios a fazerem proselitismo com os sobrantes 5%. -----

Face aos argumentos supra, voto no sentido da Abstenção à proposta camarária de 5% para a participação variável no IRS dos municípios residentes em Santiago do Cacém”.--

#### **PROLONGAMENTO DOS TRABALHOS** -----

Atingidas que foram as vinte e quatro horas, a Senhora Presidente propôs a continuação dos trabalhos, por mais meia hora, de acordo com o Regimento, o que foi provado, por unanimidade.-----

--- e) **Empréstimo de Longo Prazo até ao montante de 1.200.000,00€;**-----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte **“PROPOSTA: Um** - Efetuar contrato de Empréstimo de Longo Prazo com o Banco Santander Totta S.A., até ao montante de 1.200.000,00 Euros para financiamento do seguinte projeto:-----

2015/104 objetivo 33.113 – “Rede Pedociclavel da Aldeia de Santo André até ao Mar”, Prazo Global- Até 20 anos. -----

Período de utilização e Diferimento- Até 24 meses. -----

Taxa de Juro – Euribor a 6 meses+ Spread de 1,49%. -----

Reembolsos de Capital – Prestações trimestrais constantes e sucessivas. -----

Cobrança de Juros-Prestações trimestrais postecipadas. -----

**Dois** – Solicitar à Assembleia Municipal: -----

A autorização para a realização da obra em causa, tendo em conta que o montante do investimento é superiora a 10% das despesas de investimento previstas no orçamento do exercício. -----

A aprovação do empréstimo nas condições referidas. -----

A autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais no âmbito do contrato de empréstimo a celebrar, cujo inicio de utilização se verificará a partir do ano 2016. -----

**FUNDAMENTOS: Um** – A proposta do Banco Santander Totta S.A. é a mais vantajosa. -----

**Dois-** De acordo com o nº2 do artº51 da Lei 73/2013 de 3 de setembro; com os artigos 49,51 e 52 da Lei anteriormente referida; com a alínea f) do nº1 do artº25 do regime jurídico das autarquias locais aprovado pela Lei 75/2013 de 12 de setembro e com a alínea c)do nº1 do artº6 da lei 8/2012 de 21 de fevereiro, na redação vigente.” -----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Interveio o Senhor João Pereira, eleito do PS, questionando sobre o número de fases do projeto e o valor total do mesmo. -----

A Senhora Joana Filipe, eleita do BE, questionou sobre a previsão do início e da conclusão da obra.-----

O Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito do PSD, questionou se não podiam existir outras comissões para além das quatro indicadas na proposta do Banco, em apreço, e se não havia o risco de uma eventual revisão da proposta. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por informar que o objetivo era efetuar a obra até à Praia do Porto das Carretas, sendo que a primeira fase compreendia o lanço da via entre a Aldeia e a Cidade de Vila Nova de Santo André, incluindo os arranjos exteriores junto à igreja. -----

Relativamente à segunda fase, informou que será necessário recorrer a financiamento comunitário para a realização das obras, mas que se afigurava difícil o acesso ao novo Quadro Comunitário de Apoio.-----

Mais informou que a Câmara Municipal estava em condições de lançar a empreitada referente à primeira fase, para a qual terá de ser aberto o concurso público, pelo que, perspetivava que as obras tivessem início entre os meses de março e abril de dois mil e dezasseis e que terminassem no prazo de um ano. -----

Relativamente à proposta do Banco, em apreço, referiu que não estavam previstas mais comissões e que a Câmara Municipal estava a negociar de boa-fé, acrescentando que qualquer questão que viesse a ser levantada seria devidamente tratada com a entidade bancária. -----

O Senhor Jaime Cáceres, eleito da CDU, informou que se tratava de uma estrada que estava muito degradada e pela qual circulavam cerca de quatro mil viaturas por dia. Acrescentou que a Junta de Freguesia de Santo André se congratulava pelo facto da Câmara Municipal avançar com a primeira fase daquela obra, considerando importante que, no futuro, se avançasse com as obras até à praia do Porto das Carretas.-----

Pelo exposto, apelou a um apoio unânime dos membros da Assembleia Municipal à proposta em apreço. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com dezassete votos a favor sendo dezasseis dos eleitos da CDU, Senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Élio Sucena, João Alberto Machado Guerreiro, Maria do Conceição Pinela Pereira, Jorge Manuel Mata Magrinho, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente, João Saraiva de Carvalho, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel Madeira dos Santos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, Jaime António Pires de Cáceres, Pedro Miguel C. Pereira Gamito e Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata e Virgílio Gonçalves, e um da eleita do BE, Senhora Joana Margarida Ganço Filipe.-----

Oito abstenções, sendo cinco dos eleitos do PS Senhores Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Ricardo Campos da Silva Rico, João Filipe Rodrigues da Silva Pereira, Nelson José Bento Raposo e Vera Lúcia da Costa Violante, e três dos eleitos do PSD Senhores Pedro do Ó Barradas de Oliveira de Oliveira Ramos, Francisco Miguel Castelo Branco Lobo de Vasconcelos e Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes”. -----

-----  
--- **f) Alteração ao Regulamento para Atribuição de Apoios Financeiros ao Movimento Associativo Desportivo do Município de Santiago do Cacém;**-----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA:** Submeter à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal o projeto de alteração do Regulamento para Atribuição de Apoios Financeiros ao Movimento Associativo Desportivo Municipal bem como a tabela de valores e a minuta de protocolo, em anexo, \*-----

**FUNDAMENTOS: De Facto:** Em virtude da necessidade de regular a atribuição de apoios financeiros decorrentes da atividade das coletividades desportivas Municipais, torna-se fundamental proceder ao ajustamento do Regulamento existente às necessidades atuais.-----

Com esta medida, pretende-se estimular e incentivar a prática desportiva da população através de apoios financeiros que promovam essa atividade.-----

**De Direito:** Em 2 julho de 2015 a Câmara Municipal de Santiago do Cacém deliberou a publicitação do início do procedimento e participação procedimental de alteração ao Regulamento de Apoios Financeiros ao Movimento Associativo Desportivo do Município, publicado no site do Município de Santiago do Cacém, em 6 de julho do corrente. -----

Decorrido o prazo legal para que eventuais interessados se constituíssem enquanto tal e apresentassem contributos nos termos do artigo 98º do CPA, informa-se que ninguém se constituiu como interessado. -----

Tendo em conta a matéria em causa e que as entidade desportivas foram convidadas a participar na elaboração do Projeto de Regulamento, não haverá lugar à audiência dos interessados nos termos do artigo 100º nem à consulta pública nos termos do artigo 101º todos do CPA. -----

Assim, de acordo com o estipulado no quadro de atribuições e competências das autarquias locais, nomeadamente no artigo 23º, nº 2, alínea f) e no artigo 33º, nº 1, alínea u) do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais, das Entidades Intermunicipais e do Associativismo Autárquico é atribuição do Município promover tempos livres e desporto, e é competência da Câmara Municipal apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva recreativa com interesse para o Município. -----

Nos termos do disposto no artigo 33º nº 1 alínea k) e no artigo 25º nº 1 alínea g) ambos do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais, das Entidades Intermunicipais e do Associativismo Autárquico, compete à Câmara Municipal elaborar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal os projetos de regulamentos municipais, após o que se procederá à sua publicação nos termos do artigo 139º do CPA.” -----

\*Documento que é dado como reproduzido na presente ata com o número vinte e nove, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Interveio o Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito do PSD, referindo que a Câmara Municipal devia ter como objetivo incentivar o desporto jovem e a formação, mais do que apoiar o desporto sénior. -----

Acrescentou que o apoio previsto para o desporto federado poderá originar alguma discriminação relativamente às equipas seniores não federadas. -----

O Senhor Rui Madeira referiu que os jovens também tinham acesso ao desporto escolar. -----

O Senhor Pedro Gamito referiu que o desporto jovem tinha menos custos. -----

O Senhor Jaime Cáceres referiu que, tendo os termos do documento sido acordados com as associações desportivas, seria melhor não proceder a alterações ao mesmo. -----

Mais referiu que se devia apostar na formação, considerando uma grande lacuna o facto do desporto escolar não ser obrigatório, tendo em conta a sua importância para o desenvolvimento dos miúdos, esperando que os clubes do Município continuem a desenvolver o trabalho meritório que tem concretizado neste âmbito. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que o desporto era para todos e que os valores inscritos tinham a ver, fundamentalmente, com os custos das equipas seniores. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a proposta a votação, a qual foi aprovada, **por maioria, com vinte e um votos a favor** sendo dezasseis dos eleitos da CDU, Senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Élio Sucena, João Alberto Machado Guerreiro, Maria do Conceição Pinela Pereira, Jorge Manuel Mata Magrinho, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente, João Saraiva de Carvalho, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel Madeira dos Santos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, Jaime António Pires de Cáceres, Pedro Miguel C. Pereira Gamito e Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Virgílio Gonçalves, cinco dos eleitos do PS Senhores Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Marina Patrícia Basílio Pedro, João Filipe Rodrigues da Silva Pereira, Nelson José Bento Raposo e Vera Lúcia da Costa Violante, -----

Cinco abstenções, sendo uma do eleito do PS Senhor Ricardo Campos da Silva Rico, três dos eleitos do PSD Senhores Pedro do Ó Barradas de Oliveira de Oliveira Ramos, Francisco Miguel Castelo Branco Lobo de Vasconcelos e Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes e uma da eleita do BE, Senhora Joana Margarida Ganço Filipe”. -----

## **PROLONGAMENTO DOS TRABALHOS -----**

Atingidas que foram as zero horas e trinta minutos, a Senhora Presidente propôs a continuação dos trabalhos, por mais meia hora, de acordo com o Regimento, o que foi aprovado, por unanimidade. -----

### **--- g) Autorização para utilização da reserva de recrutamento interno dos procedimentos concursais comuns, para recrutamento de assistentes operacionais, em regime de contrato de trabalho em funções públicas. -----**

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte **“PROPOSTA:** Solicitar à Assembleia Municipal autorização para o recrutamento excepcional de trabalhadores com recurso à reserva de recrutamento interna dos procedimentos concursais para recrutamento de cantoneiros de limpeza e condutores de máquinas pesadas e veículos especiais tendo como número máximo as vagas existentes no mapa de pessoal. -----

**FUNDAMENTOS: De facto:** Nos termos conjugados do artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e artigo 64.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (orçamento de estado para 2015), os municípios abrangidos pelo n.º 2 do art.º 62 deste diploma podem proceder à abertura de procedimentos concursais com vista à constituição de vínculos de emprego público por tempo indeterminado, ou a termo, para carreira geral ou especial e carreiras que ainda não tenham sido objeto de extinção, de revisão ou de decisão de subsistência, destinados a candidatos que não possuam um vínculo de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecido, desde que o órgão deliberativo sob proposta do órgão executivo autorize a abertura dos procedimentos concursais, fixando o número máximo de trabalhadores a recrutar e se verifiquem cumulativamente os requisitos previstos nos n.º 2 a 6 do artigo 62.º, nas alíneas b) e d) do artigo 47.º e nas alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 64.º e que são os seguintes: -----

Não aumento da despesa com pessoal em 2015; -----

Impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho em causa por trabalhadores com vínculo de emprego público previamente constituído, ou por recurso a pessoal colocado em situação de requalificação ou a outros instrumentos de mobilidade; -----

Cumprimento, pontual e integral, dos deveres de informação previstos na Lei n.º 57/2011, de 28 de novembro, alterada pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro. -----

Seja imprescindível o recrutamento, tendo em vista assegurar o cumprimento das obrigações de prestação de serviço público legalmente estabelecidas e ponderada a carência dos recursos humanos no setor de atividade a que aquele se destina, bem como a evolução global dos recursos humanos no Município; -----

Seja demonstrado que os encargos com o recrutamento estão previstos no respetivo orçamento. -----

A Assembleia Municipal em 19 de dezembro de 2014, sob proposta da Câmara Municipal aprovada em 04 de dezembro de 2014, deliberou autorizar a abertura de procedimentos concursais para recrutamento de 1 técnico superior (veterinário) e 6 assistentes operacionais (3 cantoneiros de limpeza e 3 condutores de máquinas pesadas e veículos especiais) em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, destinado também a candidatos que não possuam uma relação jurídica de emprego público previamente estabelecida. -----

Os procedimentos foram publicitados no Diário da República, 2.ª série, através do aviso n.º 1633/2015, de 11 de fevereiro de 2015 e estão em curso. -----



De acordo com os n.ºs 1 e 2 do artigo 40.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, sempre que em resultado de procedimento concursal comum, a lista de ordenação final, devidamente homologada, contenha um número de candidatos aprovado superior ao dos postos de trabalho a ocupar, é sempre constituída uma reserva de recrutamento interna. -----

A reserva de recrutamento é utilizada sempre que no prazo máximo de 18 meses contados da data de homologação da lista de ordenação final, haja necessidade de ocupação de idênticos postos de trabalho. -----

Considerando: -----

A existência de postos de trabalho não ocupados devido à saída de trabalhadores por aposentação, denúncia de contrato ou outros motivos, a necessidade urgente e permanente de trabalhadores da categoria e carreira de assistente operacional em diversas áreas de atividade; -----

A validade dos procedimentos concursais após a homologação da lista de ordenação final; -----

Que desde que se verifiquem os requisitos legais citados, poderá recorrer-se ao recrutamento de mais trabalhadores obedecendo à lista final de ordenação; -----

Que não se prevê o aumento da despesa com pessoal em 2015; -----

Que caso se verifique a impossibilidade de ocupação do posto de trabalho pela inexistência de opositores com relação jurídica de emprego público e ou em situação de mobilidade especial, pode o órgão deliberativo autorizar a abertura de procedimentos concursais destinados a candidatos que não possuam relação jurídica por tempo indeterminado previamente constituída; -----

Que não é exigível a verificação da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial, tendo em conta que as entidades gestoras da requalificação nas autarquias locais (EGRAS) ainda não estão constituídas e de acordo com solução interpretativa uniforme, homologada pelo Secretário de Estado da Administração Local em 15 de julho de 2014, as autarquias locais estão dispensadas de consultar a Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA). -----

Que se verifica o cumprimento pontual e integral dos deveres de informação previstos na Lei n.º 57/2011, de 28 de novembro; -----

Que face à insuficiência de recursos humanos para assegurar o cumprimento das obrigações legalmente estabelecidas e a qualidade do serviço a prestar em diversas áreas de atividade é imprescindível o recrutamento de pessoal; -----

A evolução global dos recursos humanos no município: -----

| Evolução dos Recursos Humanos |            |            |            |            |            |
|-------------------------------|------------|------------|------------|------------|------------|
|                               | 31-12-2011 | 31-12-2012 | 31-12-2013 | 31-12-2014 | 30-08-2015 |
| n.º trabalhadores             | 588        | 565        | 542        | 517        | 501        |

Que os encargos com o recrutamento estão previstos no orçamento, resultando parte da verba da desocupação permanente de postos de trabalho; -----

Face ao exposto e em conformidade com o artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho conjugado com os artigos 47.º, 62.º e 64.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro e n.ºs 1 e 2 do artigo 40.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º

145-A/2011, de 6 de abril, coloca-se à consideração superior a proposta de submeter à aprovação dos órgãos executivo e deliberativo o recrutamento excecional de trabalhadores com recurso à reserva de recrutamento interna dos procedimentos concursais supra mencionados tendo como número máximo as vagas existentes no mapa de pessoal.-----

**De direito:** De acordo com artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho conjugado com os artigos 47.º, 62.º e 64.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro e n.ºs 1 e 2 da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril.”-----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a colocou, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade**”.-----

#### **4. ATIVIDADE AUTÁRQUICA -----**

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou a Informação sobre a Atividade da Câmara Municipal nos meses de maio, junho e julho de dois mil e quinze, documento que é dado como reproduzido na presente ata com o número trinta, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

A Senhora Presidente colocou o documento para discussão. -----

#### **FEIRA DO MONTE 2015 -----**

A Senhora Joana Filipe, eleita do BE, saudou a Câmara Municipal pelo resultado positivo da Feira do Monte, considerando importante para a projeção do Município a cobertura que foi dada pela Televisão àquele Certame, acrescentando que tinha ficado orgulhosa com a imagem que foi dada do mesmo. -----

Mais considerou que o Município tinha sido dignamente representado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal naquela emissão. -----

#### **REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM---**

A Senhora Joana Filipe questionou sobre o ponto de situação do processo de revisão do PDM de Santiago do Cacém. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que o documento seguiu para ratificação pelo Conselho de Ministros, no início de julho do ano em curso. Acrescentou que o Senhor Secretário de Estado do Ordenamento do Território o informara que o processo tinha sido remetido para a Direção Geral de Ordenamento do Território, porque existia a dúvida sobre a efetiva necessidade de ratificação do mesmo pelo Conselho de Ministros. -----

Mais informou que tem tentado falar com a Senhora Ministra da Agricultura sobre a questão pontual relativa ao perímetro de rega na Mimosa, o que levou a que o documento tenha sido enviado para ratificação do Conselho de Ministros, mas não tem conseguido. -----

Informou ainda que, se a situação não ficasse resolvida nesta legislatura, o processo seria devolvido à Câmara Municipal e teria que ser reiniciado, com todas as consequências negativas inerentes para o desenvolvimento do Município, a juntar àquelas que já se faziam sentir, dado que, desde o mês de maio, a Câmara Municipal estava impedida de licenciar obras e loteamentos, esperando que esta situação não venha a afastar potenciais investidores.-----

#### **ESCOLA Nº 4 DE SANTO ANDRÉ – INTERVENÇÃO NA COZINHA-----**

A Senhora Joana Filipe solicitou informação sobre este assunto, tendo em conta as notícias publicadas no Jornal “O Leme”, as quais davam conta de avanços e recuos sobre as reparações necessárias. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que a informação inicial que lhe chegara era de que se tratava de uma obra pouco complicada, acrescentando que, posteriormente, se concluíra que a mesma implicava a intervenção nas redes de água, esgotos e gás, o que obrigou a uma redefinição da situação, tendo sido realizada uma reunião com a Associação de Pais onde os problemas foram esclarecidos. ----- Acrescentou que se previa a conclusão das obras até ao final do ano em curso, e que se iria procurar minimizar os constrangimentos que as mesmas poderão causar.-----

#### **ACESSIBILIDADES** -----

A Senhora Ana Raquel Hilário Nunes, eleita do PSD, referiu o seu agrado pelas obras de rebaixamento dos passeios para facilitar o acesso às passadeiras, realizadas no âmbito do projeto Rampa, da CIMAL, nas sedes dos cinco municípios do Litoral Alentejano.

Mais referiu que era importante que se procedesse uma análise técnica aos obstáculos existentes nos passeios e que dificultam a mobilidade das pessoas. -----

Acrescentou que, no verão em curso, se tem assistido a uma proliferação de esplanadas na Cidade de Santiago do Cacém, junto aos estabelecimentos comerciais, as quais não facilitavam a mobilidade, considerando que era uma ação contraditória relativamente à construção das rampas que atrás referira.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que tem recebido crítica positivas e negativas relativamente à questão das esplanadas, acrescentando que se tratava de uma situação assumida pela Câmara Municipal, no sentido de contribuir para a dinamização do comércio local que vive uma situação grave, com a redução da procura e com o aumento do IVA da restauração para 23%.-----

Mais informou que as esplanadas foram colocadas junto aos passeios, na via pública, e não sobre aqueles.-----

O Senhor Vítor Paulo Barata, Presidente da União de Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e S. Bartolomeu da Serra, informou que o licenciamento das esplanadas tinha sido delegado na Junta de Freguesia e que as mesmas ocupavam lugares de estacionamento, na via pública, e que apenas uma tinha sido instalada no passeio, deixando livre um metro e vinte para a circulação dos peões.-----

#### **EDUCAÇÃO – CARTA EDUCATIVA DO MUNICÍPIO** -----

A Senhora Ana Raquel Hilário Nunes referiu que o processo de elaboração daquele documento estaria quase concluído, segundo o que constava na Informação Autárquica, considerando que era importante que o mesmo fosse participado pelos órgãos da gestão das escolas, pelos representantes dos pais e dos estudantes, bem como outras entidades do Município ligadas à educação, questionando se estava prevista a sua audição.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que aquele processo estava em curso e que os Agrupamentos de Escolas participavam no mesmo. -----

#### **TURISMO NO MUNICÍPIO** -----

A Senhora Ana Raquel Hilário Nunes referiu que era com desagrado que constatava a redução de atendimentos nos postos de turismo do Município, enquanto se verificava um aumento de visitantes no País.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que também no Município tinha havido aumento do número de turistas, acrescentando que a procura nos postos de

turismo diminuiu, porque as pessoas passaram a recorrer à Internet para obterem as informações que precisam.-----

O Senhor Vítor Paulo informou que tinha aumentado o número de turistas que procuraram o Posto de Turismo da União de Freguesias, sito no Centro Histórico da Cidade.-----

-----  
**REGULAMENTO DE TRÂNSITO DA CIDADE DE SANTIAGO DO CACÊM---**

O Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito do PSD, referiu que tem havido muita contestação à sinalização de trânsito que resultava da implementação do novo Regulamento, sobretudo no referente ao acesso à Rua Costa Serrão.-----

O Senhor Presidente referiu que aquela Rua continuava a ter dois sentidos e que a alteração verificada consistia na proibição de voltar à esquerda, na Rua de Lisboa, manobra que passou a ser feita na Rotunda, sita no final da mesma Rua, para evitar possíveis colisões.-----

-----  
Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida pela Senhora Primeira Secretária a relação, em **minuta**, das deliberações tomadas na presente Sessão, a constar em ata.-----

Após a leitura foi a mesma colocada à discussão pela Senhora Presidente, não se tendo verificado inscrições para o uso da palavra.-----

Em seguida procedeu-se à sua votação, tendo sido **aprovada, por unanimidade.**-----

Os trabalhos foram declarados encerrados pelo senhor Presidente, era uma hora, do dia dezanove de setembro de dois mil e quinze. -----

Desta Sessão se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_